



Arquitetura corporativa como instrumento da melhoria da **gestão pública**

Artigo de **Romero Wanderley Guimarães**
Presidente da ATI – Agência Estadual de
Tecnologia da Informação, analista de
Gestão da Tecnologia da Informação da ATI,
mestre em Ciência da Computação (UFPE) e
engenheiro eletrônico (UPE), com MBA em
Gestão da Informação (UFPE)

A criação do microcomputador revolucionou a computação, ampliando as suas fronteiras, com aplicações presentes em, praticamente, todos os domínios da atividade humana.

A tecnologia da informação passou a estar presente em

todas as áreas de negócio e ampliou as capacidades das empresas e instituições.

O funcionamento das organizações ficou bem mais complexo do que antes, com muitos sistemas de informação e processos de negócio mais

complexos, que se entrelaçam e funcionam de forma integrada.

As empresas passaram a perceber que precisavam de uma ferramenta que melhor representasse o seu funcionamento.

Era necessário pensar no funcionamento da organização

DOMÍNIOS DA ARQUITETURA CORPORATIVA

ARQUITETURA DE NEGÓCIO

Estratégia de negócio, organização e processos-chave de negócio

ARQUITETURA DE APLICAÇÕES

A "planta" para o emprego de sistemas de aplicação individuais, suas interações e seus relacionamentos com os processos de negócio centrais da organização

ARQUITETURA DE DADOS

Estrutura lógica e física dos ativos de dados de uma organização e seus recursos de gerenciamento de dados

ARQUITETURA DE INFRAESTRUTURA TECNOLÓGICA

Capacidades lógicas de hardware e software requeridas para dar suporte ao emprego de serviços de negócio, dados e aplicações: inclui a infraestrutura de TI, redes de comunicações, processamento, padrões etc.



de uma forma que fizesse a ligação entre a sua estratégia, os seus processos de negócio, os serviços oferecidos, os sistemas de informação e os seus recursos e capacidades.

Também ficou clara a necessidade de pensar na organização como um todo. Um conjunto de partes que funcionam de forma integrada e complementar.

Uma organização eficiente precisa que seus sistemas funcionem de forma interoperada e que os seus processos de negócio sejam ágeis e eficientes e não gerem retrabalho.

Hoje, os dirigentes das organizações sabem que a gestão eficaz e a utilização da informação, através das tecnologias, são fatores-chave para o sucesso de um negócio e um meio indispensável para alcançar vantagem competitiva.

A arquitetura corporativa atende a essa necessidade, fornecendo um contexto estratégico para a evolução do seu funcionamento e dos sistemas de Tecnologia da Informação (TI), em resposta às necessidades em constante mudança do ambiente de negócios.

Uma Arquitetura Corporativa identifica os principais componentes de uma organização e as maneiras como eles trabalham em conjunto, com a finalidade de alcançar os objetivos estabelecidos pela estratégia de negócio. Os componentes podem ser recursos humanos, processos de negócio, tecnologias, informações, recursos financeiros etc.

Uma boa Arquitetura Corporativa nos permite alcançar o equilíbrio correto entre a eficiência de TI e a inovação empresarial. Ela permite que as unidades de negócios inovem com segurança na sua busca da vantagem competitiva.

Normalmente, é difícil enxergar onde um novo tipo de tecnologia ou ideia pode ser aplicada, assim como é difícil saber qual impacto a adoção dessa tecnologia ou ideia geraria para a organização. A Arquitetura Corporativa atende a essas necessidades, fazendo uma ligação entre as inovações que surgem e as novas tecnologias para a estratégia e estado futuro de uma instituição.

Os governos, como organizações complexas, também passaram a perceber a necessidade de pensar utilizando o conceito de arquitetura corporativa.

Os organogramas e regulamentos não são mais suficientes para definir o funcionamento da organização.

Desde 1996, o governo dos Estados Unidos possui uma lei que exige que as organizações públicas tenham a sua arquitetura corporativa definida e publicada de forma transparente.



Nos últimos cinco anos, no Brasil, diversas empresas despertaram para os conceitos de arquitetura corporativa e passaram a fazer o planejamento das suas adaptações ao negócio utilizando esta técnica.

A partir de 2014, o governo federal brasileiro começou a definir o seu *framework* de arquitetura corporativa. Envolveu diversas outras instâncias e níveis de governo nas discussões e na construção desse *framework*. Participam desta construção o Tribunal de Contas da União, o Ministério Público Federal, diversas instituições ligadas à gestão pública e diversos integrantes do governo federal, bem como de governos estaduais.

Um dos produtos desses estudos foi a concepção de um Modelo de Conteúdo de Arquitetura Corporativa que servisse de referência para demonstrar

as relações entre os diversos componentes da organização, seja sua estratégia, os processos, seus atores, aplicações, dados e informações e sua infraestrutura.

O Governo de Pernambuco está começando a perceber a necessidade de adotar esta ferramenta de gestão para fazer a ligação entre a sua estratégia (cujo modelo de governança e monitoramento é tão reconhecido e premiado, inclusive internacionalmente) e a sua operacionalização.

Faz-se necessário que os diversos pilares da gestão integrada se harmonizem, trabalhando em conjunto, para o desenho de uma arquitetura corporativa que propicie a agilidade, a integração, a eficiência, a eficácia, o alinhamento com a estratégia, a inovação e melhoria dos processos de negócio e

a utilização otimizada de seus recursos financeiros, humanos, materiais e intelectuais.

Um primeiro passo para isto é a construção de um sistema integrado de gestão (ERP) a partir da integração dos sistemas corporativos existentes e a adoção planejada e integrada de novos sistemas de informação complementares. Para esta construção, é indispensável o planejamento e a visão de arquitetura futura, necessária para o modelo operacional do governo e a sua estratégia.

Também é imprescindível que seja despertada uma cultura digital dentro do Governo. Os órgãos integrantes da administração pública estadual devem pensar de forma digital, assim como já é a sociedade. Não é mais possível construir novos serviços para a população da forma convencional, como no século passado, e sem o uso intensivo das novas forças revolucionárias que estão mudando a ordem mundial: a computação em nuvem, a computação móvel, as tecnologias sociais, a internet das coisas e as tecnologias de análise de informações e *big data*.

Ou seja, o Governo como uma plataforma digital que permita a interação com a sociedade, proporcionando a informação e a transparência, os serviços prestados à população e a participação social e a colaboração, formando um “Todos por Pernambuco” digital. A população clama por isto e já vem demonstrando esta necessidade de conversar com o Governo, exigindo canais que permitam isto.

Agora, mãos à obra.